
Despacho n.º08/2022

Assunto: Regulamento para a Eleição dos Membros do Conselho Pedagógico da NOVA FCSH

Nos termos do artigo 42.º dos Estatutos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, publicados em anexo ao Despacho n.º 9842/2017, de 25 de outubro, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 218, de 13 de novembro, aprovo o Regulamento para a Eleição dos Membros do Conselho Pedagógico da NOVA FCSH que se anexa ao presente Despacho e dele faz parte integrante.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2022

O Diretor

Prof. Doutor Luís Baptista

Regulamento para a Eleição dos Membros do Conselho Pedagógico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento rege a eleição para o Conselho Pedagógico, nos termos da lei, dos Estatutos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e dos Estatutos da Universidade Nova de Lisboa.

Artigo 2.º

Princípios

1 — A eleição dos representantes para o Conselho Pedagógico é feita por sufrágio universal, livre, igual, direto, presencial e secreto e obedece aos princípios da liberdade e da igualdade de oportunidades e de tratamento de candidaturas.

2 — Os membros referidos no artigo anterior são eleitos pelo conjunto dos seus pares.

CAPÍTULO II

Eleição

SECÇÃO I

Processo Eleitoral

Artigo 3.º

Representantes Eleitos

O processo eleitoral tem em vista a eleição para o Conselho Pedagógico de:

- a) Quatro representantes dos docentes;
- b) Quatro representante dos estudantes.

Artigo 4.º

Comissão Eleitoral

1 — A condução dos atos do processo eleitoral, a fiscalização da sua regularidade e o apuramento final dos resultados da votação competem às Comissões Eleitorais, designadas por despacho do Diretor da NOVA FCSH.

2 — As Comissões Eleitorais são constituídas, no mínimo, por:

a) Três representantes dos docentes, relativamente à eleição dos representantes dos docentes, sendo presidida pelo docente de categoria mais elevada e com maior antiguidade;

b) Três estudantes e um docente, relativamente à eleição dos representantes dos estudantes, sendo presidida pelo docente.

3 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte os membros da Comissão Eleitoral devem ser substituídos, no caso de integrarem alguma lista candidata.

4 — As Comissões Eleitorais integram ainda, após a entrega e admissão das listas, representante de cada uma das listas concorrentes, os quais participam nos trabalhos, sem direito a voto, podendo lavrar protestos em ata.

5 — Compete, nomeadamente, às Comissões Eleitorais:

a) Conduzir os atos do processo eleitoral;

b) Fiscalizar a respetiva legalidade;

c) Garantir as condições de igualdade relativamente às listas;

d) Verificar a elegibilidade dos elementos das listas candidatas;

e) Decidir da admissibilidade das listas;

f) Publicitar, para efeitos de reclamação, as candidaturas admitidas e não admitidas, fundamentando, no último caso, as razões da não admissão;

g) Publicitar as listas admitidas;

h) Constituir a(s) mesa(s) de voto;

i) Decidir as questões suscitadas no decurso do processo eleitoral;

j) Decidir das reclamações oportunamente apresentadas;

k) Proceder ao apuramento final dos resultados da votação, com indicação dos candidatos eleitos, e elaborar a respetiva ata a enviar ao Diretor da NOVA FCSH.

6 — As Comissões Eleitorais só podem deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros com direito a voto.

7 — Das decisões das Comissões Eleitorais cabe recurso para o Diretor da NOVA FCSH, no prazo de um dia útil, contados da respetiva notificação ou publicitação, consoante os casos.

8 — As Comissões Eleitorais têm sede na NOVA FCSH, na Avenida de Berna n.º 26 C, 1069-061 Lisboa, podendo ser contactada através do endereço eleicoes@fcsch.unl.pt.

Artigo 5.º

Universo Eleitoral

1 — O universo eleitoral para os representantes dos docentes é constituído pelo corpo de docentes, em regime de tempo integral e em efetividade de funções.

2 — O universo eleitoral para os representantes dos estudantes é constituído por todos os estudantes, de qualquer ciclo de estudos conferente de grau, que estejam inscritos na NOVA FCSH à data do despacho de convocação das eleições.

3 — Um eleitor não pode estar inscrito em mais do que um caderno eleitoral, prevalecendo o estatuto de docente sobre o estatuto de estudante.

4 — A inscrição nos cadernos eleitorais constitui presunção da capacidade dos eleitores deles constantes.

Artigo 6.º

Calendário Eleitoral

1 — O processo eleitoral inicia-se com a publicitação do despacho a convocar a eleição, bem como do respetivo calendário eleitoral e do presente Regulamento Eleitoral.

2 — A data do ato eleitoral bem como a calendarização das diferentes fases do processo eleitoral, são fixadas pelo Diretor da NOVA FCSH.

Artigo 7.º

Cadernos Eleitorais

1 — O Diretor, a pedido dos Presidentes das Comissões Eleitorais, promove junto dos serviços competentes a elaboração dos cadernos eleitorais, atualizados até à data do despacho de convocação das eleições.

2 — Os cadernos eleitorais provisórios são publicitados no dia fixado no calendário eleitoral.

3 — No prazo de três dias úteis a contar da publicação, podem os interessados reclamar, junto do Presidente da Comissão Eleitoral, do teor dos cadernos eleitorais provisórios, com fundamento em omissão ou inscrição indevida.

4 — As reclamações são decididas pela Comissão Eleitoral no prazo de dois dias úteis.

5 — Decididas as reclamações, ou não as havendo, decorrido o prazo fixado para o efeito, a Comissão Eleitoral organiza os cadernos eleitorais definitivos e promove a respetiva Publicitação.

SECÇÃO II

Candidatura

Artigo 8.º

Apresentação de Listas

1 — As candidaturas à eleição são efetuadas mediante apresentação de listas, as quais devem ser endereçadas à respetiva Comissão Eleitoral e entregues no expediente da NOVA FCSH até às 16.00 horas do dia fixado no calendário eleitoral.

2 - A versão eletrónica dos princípios orientadores da candidatura referida na alínea c) do n.º 5 do artigo 9.º deve ser remetida, dentro do prazo referido no número anterior, para o e-mail eleicoes@fcsch.unl.pt.

Artigo 9.º

Requisitos de constituição das Listas

1 — As listas concorrentes devem ser constituídas do seguinte modo:

a) As listas respeitantes aos docentes devem ser constituídas exclusivamente por docentes de carreira e conter a identificação (com a indicação de nome completo, a categoria profissional e o respetivo número mecanográfico) de quatro candidatos efetivos e de dois suplentes, subscritas por um mínimo

de 2,5% dos elementos constitutivos do respetivo universo eleitoral (com arredondamento às unidades), nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do presente Regulamento;

b) As listas respeitantes aos estudantes devem conter a identificação (com a indicação de nome completo e o respetivo número mecanográfico) de quatro candidatos efetivos, bem como de dois suplentes, subscritas por um mínimo de 2,5% dos elementos constitutivos do respetivo universo eleitoral (com arredondamento às unidades), nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do presente Regulamento;

c) As listas referidas na alínea anterior, designadamente quanto aos candidatos efetivos, devem ser representativas dos três ciclos de estudos.

2 – Nos termos do n.º 2 do artigo 44.º dos Estatutos da NOVA FCSH, no que respeita ao corpo de docentes, os candidatos de cada lista não podem integrar outras listas concorrentes ao mesmo órgão, ou a outro órgão.

3 – Nos termos do n.º 3 do artigo 44.º dos Estatutos da NOVA FCSH, a lista referida na alínea b) do n.º 1 do presente artigo deve apresentar candidatos conjuntamente para o Conselho de Faculdade, Conselho Pedagógico e Conselho de Estudantes, especificando na lista os membros que concorrem a cada órgão.

4 — Se não forem apresentadas listas que cumpram os requisitos previstos nos números anteriores dentro do prazo previsto no n.º 1 do artigo 8.º do presente Regulamento, abre-se novo período de candidaturas.

5 — As listas são acompanhadas dos seguintes elementos:

a) Das declarações de aceitação de candidatura de todos os membros efetivos e suplentes, devendo todos eles constar dos cadernos eleitorais publicitados;

b) Da indicação de um mandatário e dos respetivos contactos, que assume a representação da lista para efeitos processuais e legais, junto da Comissão Eleitoral, nomeadamente para efeitos do n.º 4 do artigo 4.º;

c) De um documento próprio, em que sejam enunciados os princípios orientadores da candidatura;

d) De documento com a identificação legível, através da indicação do nome completo, dos subscritores da lista, o qual deverá ser assinado por cada um dos mesmos.

6 — Um eleitor não pode ser, simultaneamente, candidato e subscritor de uma lista.

7 — Cada eleitor só pode ser subscritor de uma única lista.

8 — Os candidatos consideram-se ordenados segundo a sequência da lista apresentada pelos mesmos.

Artigo 10.º

Verificação e Admissão das Listas

1 — Após o término do prazo de apresentação das candidaturas, a Comissão Eleitoral verifica, no prazo de dois dias úteis, a regularidade formal das mesmas e a elegibilidade dos candidatos, e decide sobre a admissão ou exclusão das mesmas.

2 — Verificando-se a existência de irregularidades formais, os mandatários das listas são imediatamente notificados, por escrito, para as suprir no prazo máximo de vinte e quatro horas.

3 — As listas concorrentes, bem como a decisão de admissão ou exclusão das mesmas, são publicadas na página eletrónica da NOVA FCSH, no dia fixado no calendário eleitoral.

4 — Os eleitores ou os candidatos podem apresentar reclamação fundamentada ao Presidente da Comissão Eleitoral, da decisão de admissão ou exclusão das listas, no prazo de dois dias úteis contados da respetiva publicação, as quais devem ser decididas pela Comissão Eleitoral em igual prazo, contado da receção da reclamação.

5 — Decididas as reclamações, ou não as havendo, decorrido o prazo para o efeito, a Comissão Eleitoral torna públicas as listas definitivas na página eletrónica da NOVA FCSH.

Artigo 11.º

Rejeição Liminar das Listas

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, são liminarmente excluídas pela Comissão Eleitoral as listas que não sejam entregues à Comissão Eleitoral dentro do prazo (data e hora) fixado no artigo 8.º do presente Regulamento.

SECÇÃO III

Do ato eleitoral

Artigo 12.º

Campanha Eleitoral

A campanha eleitoral tem a duração de cinco dias úteis e termina vinte e quatro horas antes do início do ato eleitoral.

Artigo 13.º

Mesas de Voto

1 — O ato eleitoral decorre conforme determinado pelo Diretor da NOVA FCSH, no que respeita ao período de funcionamento, número, localização e horário das mesas de voto.

2 — As listas concorrentes devem indicar, por escrito, à Comissão Eleitoral, até dois dias úteis antes da data fixada para o ato eleitoral, representante(s) para as mesas de voto.

3 — As mesas de voto são compostas por, no mínimo, um representante de cada uma das listas concorrentes, um membro da Comissão Eleitoral, designado pelo presidente desta, e um representante da NOVA FCSH designado pelo Diretor.

4 — As mesas de voto funcionam com um mínimo de dois membros presentes, sendo um deles um membro da Comissão Eleitoral.

Artigo 14.º

Funcionamento das mesas de voto

1 — As deliberações das mesas de voto são tomadas por maioria absoluta dos votos, tendo o seu presidente voto de qualidade em caso de empate.

2 — Das deliberações das mesas de voto pode reclamar-se para a respetiva Comissão Eleitoral.

Artigo 15.º

Representantes das listas

Os representantes das listas têm a faculdade de fiscalizar os atos do processo eleitoral, de serem ouvidos em todas as questões que se suscitarem durante o funcionamento da mesa de voto, de assinar as respetivas atas, de rubricar documentos e de requerer certidões respeitantes aos atos.

Artigo 16.º

Apuramento dos Votos

1 — Após o fecho de cada mesa, procede-se à contagem dos votos e elabora-se uma ata, assinada por todos os membros da mesa, onde são registados os resultados apurados, nomeadamente, os votos entrados em urna, o número de votos que couber a cada lista, bem como o número de votos brancos e nulos.

2 — Qualquer membro da mesa pode lavrar protesto em ata contra decisões da mesa.

3 — Da ata mencionada no n.º 1 deve ainda constar a identificação dos membros da mesa, a hora de abertura e encerramento da votação e o(s) loca(ais), a identificação dos boletins sobre que haja havido reclamações, as reclamações e os protestos, as deliberações tomadas pela mesa e quaisquer outras ocorrências que sejam consideradas, por qualquer dos presentes, dignas de menção.

4 — Os boletins de voto, selados, bem como a ata, ficam na posse do representante da Comissão Eleitoral.

Artigo 17.º

Apuramento Final e Homologação dos Resultados

1 — Após o fecho de cada mesa e término do ato eleitoral, cada Comissão Eleitoral reúne para apreciar e decidir os protestos lavrados em ata e as reclamações eventualmente suscitadas e para apuramento dos resultados finais.

2 — A Comissão Eleitoral verifica todos os documentos provenientes da mesa de voto, elaborando, com base neles, a ata final, onde constam os votos que couberem a cada lista e, no que concerne aos representantes dos estudantes, por aplicação do método de representação proporcional da média mais alta de Hondt, a conversão dos votos em mandatos, com a ordenação dos candidatos eleitos.

3 — No que concerne à lista representante dos docentes, considera-se eleita a lista que obtiver, em primeiro escrutínio, mais de metade dos votos expressos.

4 — A ata é enviada no próprio dia para o Diretor da NOVA FCSH, que a remete ao Reitor no prazo de vinte e quatro horas, para homologação.

5 — Não havendo nenhuma lista que obtenha a maioria referida no n.º 3 do presente artigo, procede-se a um segundo escrutínio entre as duas listas mais votadas, sendo vencedora a que obtiver maior número de votos.

6 — O segundo escrutínio referido no número anterior realiza-se no prazo de cinco dias úteis após o primeiro escrutínio.

CAPÍTULO III
Disposições Finais

Artigo 18.º

Dúvidas e casos omissos

Os casos omissos e as dúvidas de interpretação do presente Regulamento são resolvidos pelo Diretor da NOVA FCSH.

Artigo 19.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia 16 de fevereiro de 2022.

Artigo 20.º

Norma revogatória

É revogado o Regulamento para a Eleição dos Membros do Conselho Pedagógico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, aprovado em anexo ao Despacho n.º 36/2020, de 25 de setembro.